

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 1504/XIII/3ª

Recomenda ao Governo que proceda à autorização imediata para a abertura do concurso público para a realização da obra de construção do novo centro pediátrico do Hospital de São João, no Porto, bem como à libertação da verba total necessária para o efeito, e que dê cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 23/2018 que “Recomenda ao Governo a implementação de medidas de proteção e apoio aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores”.

I - No passado dia 10 de Abril, vieram a público notícias dando conta que “a quimioterapia pediátrica em ambulatório do Hospital de São João, no Porto, está a ser feita num corredor. Esta é uma das muitas queixas que os pais das crianças com doença oncológica apontam ao serviço e que já fizeram chegar à Administração do Centro Hospitalar. A falta de condições estende-se à unidade do Joãozinho, para onde as crianças são encaminhadas quando têm de ser internadas. E que funciona há quase dez anos em contentores, fora do edifício central do hospital. Apesar das condições, os pais entendem que os profissionais de saúde tudo fazem para dar o melhor tratamento às crianças”.

Mais ainda, foi frisado nessas notícias que “(...) a construção da nova ala pediátrica Joãozinho está parada há cerca de dois anos” e que “em meados do mês passado, o Secretário de Estado Adjunto da Saúde disse que os 22 milhões de euros do Governo para as obras da unidade pediátrica já tinham sido transferidos, aguardando apenas autorização do Ministério das Finanças. As declarações de Fernando Araújo surgiram após a Administração do hospital ter assumido que o bloqueio das Finanças colocava a unidade de Pediatria do S. João em situação de rutura”.

Segundo relatos vindos a público de pais destas crianças, “os tratamentos de quimioterapia são feitos num corredor do hospital. As crianças acabam de fazer quimioterapia e têm de partilhar os elevadores com os carrinhos do lixo, os carrinhos da limpeza são colocados ao lado dos da comida” e “quando, depois dos tratamentos, as análises indicam que as crianças precisam de ser internadas e ficar em isolamento, a maior parte das vezes é preciso esperar quatro a cinco horas por uma ambulância, sem

condições higiénicas, que transporte as crianças do edifício central do hospital para o Joãozinho, num trajeto que demoraria alguns minutos".

Em suma, de acordo com estes pais, "a situação na zona da quimioterapia de ambulatório é caótica. Mas quando é necessário internar os meninos no Joãozinho é mil vezes mais grave", "não se admite que crianças em isolamento tenham quartos com buracos nas paredes, nos sofás, e janelas onde entra frio e não há cortinas para bloquear a luz" e "em todo o internamento do Joãozinho só há uma casa de banho com chuveiros para todos os pais fazerem a sua higiene. Às vezes, as pessoas saem do banho e são surpreendidas por outras no balneário à espera. É inacreditável".

No mesmo dia em que estas notícias vieram a público, o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de São João reconheceu publicamente que estas condições são "indignas" e "miseráveis", mas que "não podemos fazer melhor", acrescentando que continua a aguardar que o Ministério da Saúde liberte a verba - prometida em Junho - para efectuar obras no serviço.

De referir que o protocolo para a realização da obra foi assinado há cerca de um ano, em Junho de 2017, que são necessários cerca de 23,8 milhões de euros para a construção do novo centro pediátrico do Hospital de São João – onde se inclui o serviço de oncologia pediátrica -, e que parte substancial da verba já foi transferida para a conta do Hospital.

II – Apesar de, no próprio dia 10 de Abril, o Grupo Parlamentar do CDS-PP ter enviado, de imediato, Perguntas escritas aos Senhores Ministros da Saúde e das Finanças sobre esta questão, não pudemos, evidentemente, de no dia 11 de Abril, na audição do Senhor Ministro das Finanças, deixar de questionar directamente o Senhor Ministro sobre esta matéria, sobre a gravidade desta situação e reiterando que é inadmissível que crianças estejam sujeitas a realizar os seus tratamentos oncológicos nestas condições indignas.

Não podemos aceitar que o Governo não actue perante esta situação e cative com um veto de gaveta as verbas necessárias para resolver este grave problema, sujeitando estas crianças e as suas famílias a estas condições degradantes, numa demonstração da total insensibilidade do Governo para com estas famílias.

Na resposta que nos deu, na referida audição, o Senhor Ministro das Finanças afirmou que a verba para estas obras será libertada em breve, mas não se comprometendo com nenhuma data concreta. Apesar de reiteradamente lhe ter sido solicitada uma data e uma calendarização para a obra, o Senhor Ministro recusou-se a comprometer-se com algo mais concreto do que um mero anúncio.

Mais ainda, o Senhor Ministro fez questão de recordar que este é um problema que tem

quase uma década, conhecido de todos. Reconheceu que, em 2015, o Governo PSD/CDS-PP lançou a primeira pedra para a construção desta obra, mas teve o desprazer de afirmar que o Governo PSD/CDS-PP não fez mais nada a este respeito.

De facto, a primeira pedra para este tão importante projecto, foi lançada em Março de 2015 pelo Governo PSD/CDS-PP, estando previsto que a obra arrancasse em Novembro desse mesmo ano.

Mas, o que o Grupo Parlamentar do CDS-PP lamenta é que o Senhor Ministro das Finanças se tenha esquecido que o Governo do qual faz parte (o XXI Governo Constitucional) tomou posse em Novembro de 2015 - nas circunstâncias que todos conhecemos e que nos escusamos de lembrar nesta sede -, suportado por uma maioria parlamentar constituída pelo PS, pelo BE, pelo PCP e pelo PEV e que, até à data de hoje (2 anos e 5 meses depois de ter tomado posse), nada fez para avançar com a construção do novo centro pediátrico do Hospital de São João. Pior, as obras que já se tinham iniciado através do protocolo assinado pelo Governo PSD/CDS-PP com a Associação Humanitária "Um Lugar para o Joãozinho", foram interrompidas um ano depois.

A realidade é que o Governo, com a conivência do PS, do BE, do PCP e do PEV, deixaram este projecto na gaveta, impedindo que se concretizasse a construção do novo centro pediátrico do Hospital de São João. Esta é a verdade.

III – Ontem mesmo, dia 12 de Abril, um grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, efectuou uma visita ao Hospital de São João, tendo reunido, também, com o Conselho de Administração.

Pudemos constatar a falta de condições da ala pediátrica do hospital e as condições indignas em que as crianças estão a realizar os seus tratamentos, fomos informados que, como referimos acima, as obras foram suspensas há 2 anos e fomos informados, ainda, que 19 milhões de euros para a realização da obra já estão na disponibilidade do hospital, mas falta uma assinatura do Ministério das Finanças que autorize a abertura do concurso. E, como é evidente, sem essa assinatura a autorizar a abertura do concurso, a obra não pode avançar.

É de salientar que, não obstante as dificuldades constantes causadas pela falta de verbas e pela absurda burocracia que é imposta à gestão do Hospital, a dedicação,

profissionalismo e abnegação dos profissionais do Hospital de São João mantêm-no como um hospital de referência em Portugal.

IV – Em Outubro de 2017, foi aprovado no Parlamento o Projecto de Resolução nº 1065/XIII, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que recomendava ao Governo “a implementação de medidas na área da oncologia pediátrica, promovendo maior apoio e protecção aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores”. Nesta iniciativa, propusemos 33 medidas nas áreas da Saúde, da Educação e da Segurança Social, que entendemos que, se aplicadas, ajudarão as crianças portadoras de doença oncológica e os seus cuidadores a ultrapassar as enormes dificuldades e problemas com que se deparam a partir do momento em que se confrontam com o diagnóstico de um cancro. Por isso mesmo, conforme referimos nesse Projecto de Resolução, entendemos que é urgente dar respostas concretas a esses problemas. É urgente cuidar destas pessoas, destas crianças, destas famílias, contribuindo para melhorar a sua qualidade de vida e minimizando-lhes ao máximo o impacto, já de si arrasador, da doença oncológica que lhes invadiu a vida.

A aprovação desta iniciativa legislativa do CDS-PP deu origem à Resolução da Assembleia da República nº 23/2018 que “Recomenda ao Governo a implementação de medidas de protecção e apoio aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores”.

É urgente que o Governo dê cumprimento a esta Resolução da Assembleia da República. E, uma das primeiras medidas que deve tomar para proteger os menores portadores de doença oncológica e os seus cuidadores, que estão em tratamento no Hospital de São João, deverá ser proceder à autorização imediata para a abertura do concurso público para a realização da obra de construção do novo centro pediátrico do Hospital de São João, bem como a libertação da verba total necessária para o efeito.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do CDS-PP abaixo assinados apresentam o seguinte Projeto de Resolução

A Assembleia da República recomenda ao Governo:

1 – Que proceda à autorização imediata para a abertura do concurso público para a realização da obra de construção do novo centro pediátrico do Hospital de São João, no Porto, bem como à libertação da verba total necessária para o efeito.

2 – Que dê cumprimento à Resolução da Assembleia da República nº 23/2018 que “Recomenda ao Governo a implementação de medidas de proteção e apoio aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores”.

Palácio de São Bento, 13 de Abril de 2018.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP,

Isabel Galriça Neto
Teresa Caeiro
Ana Rita Bessa
Assunção Cristas
Cecília Meireles
João Pinho de Almeida
Álvaro Castelo Branco